

PARECER Nº 517/2012 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 56/2011

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Adolfo Quintas, visa determinar que os imóveis edificados terão seu emplacamento numérico efetuado em padrão e local visíveis, devendo ser utilizada tinta especial fosfocrômica autoiluminativa, devendo a conversão ter início dentro de 120 dias contados do início da vigência da propositura como lei.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “tendo em vista que a matéria já se encontra disciplinada pelo art. 14 da Lei nº 14.454/07... e que segundo o art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 95/98, o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar a lei considerada básica” (o substitutivo retira o prazo para conversão, determinando que a substituição será feita progressivamente, nos termos de regulamento).

Por seu turno, a colenda Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente ofereceu substitutivo ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, “com o intuito de adequar a especificação técnica do material ora proposto para a nomenclatura geral, de maior disseminação no meio técnico e no mercado” (altera a expressão “tinta especial fosfocrômica autoiluminativa” para “elementos compostos por material fotoluminescente”).

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 2/5/2012

Milton Leite – DEM – Presidente

Adilson Amadeu – PTB – Relator

Aníbal de Freitas – PSDB

Atílio Francisco – PRB Donato – PT

Francisco Chagas – PT

Roberto Tripoli – PV

Wadih Mutran – PP